



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.

Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E MEMÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ENTRE REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA AO RACISMO ESTRUTURAL

EDUCATION, CURRICULUM AND HISTORICAL MEMORY IN
CONTEMPORARY BRAZIL: BETWEEN REPRODUCTION AND
RESISTANCE TO STRUCTURAL RACISM

EDUCACIÓN, CURRÍCULO Y MEMORIA HISTÓRICA EN EL BRASIL
CONTEMPORÂNEO: ENTRE LA REPRODUCCIÓN Y LA
RESISTENCIA AL RACISMO ESTRUTURAL

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o papel da educação na disputa pela memória histórica e no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil contemporâneo. Parte-se da compreensão de que o currículo escolar constitui espaço de reprodução e de resistência às desigualdades raciais, sendo atravessado por disputas epistemológicas e políticas. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de produções teóricas sobre racismo estrutural, colonialidade, currículo e educação antirracista, bem como na interpretação de dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 10.639/2003 e diretrizes educacionais correlatas. Os resultados evidenciam que a escola participa da produção da memória histórica ao selecionar saberes e narrativas, podendo tanto reforçar hierarquias raciais quanto promover reconhecimento e valorização de epistemologias afro-brasileiras. Conclui-se que a efetivação de uma educação antirracista exige reconfiguração curricular, compromisso institucional e superação de bases epistemológicas eurocentradas, consolidando a escola como espaço estratégico na construção da justiça racial.

Palavras-chave: Racismo estrutural; currículo; memória histórica; educação antirracista; colonialidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of education in the dispute over historical memory and in confronting structural racism in contemporary Brazil. It is based on the understanding that the school curriculum constitutes a space for both reproduction and resistance to racial inequalities, shaped by epistemological and political disputes. The study adopts a qualitative approach, with bibliographic and documentary research, grounded in theoretical works on structural racism, coloniality, curriculum, and anti-racist education, as well as in the analysis of legal frameworks, particularly Law No. 10.639/2003 and related educational guidelines. The findings indicate that schools play a central role in shaping historical memory by selecting knowledge and narratives, thus either reinforcing racial hierarchies or promoting recognition and appreciation of Afro-Brazilian epistemologies. It is concluded that the consolidation of anti-racist education requires curricular reconfiguration, institutional commitment, and the overcoming of Eurocentric epistemological foundations, positioning the school as a strategic space for the construction of racial justice.

Keywords: Structural racism; curriculum; historical memory; anti-racist education; coloniality.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de la educación en la disputa por la memoria histórica y en el enfrentamiento del racismo estructural en el Brasil contemporáneo. Se parte de la comprensión de que el currículo escolar constituye un espacio de reproducción y de resistencia frente a las desigualdades raciales, atravesado por disputas epistemológicas y políticas. La metodología adoptada es de enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, fundamentada en el análisis de producciones teóricas sobre racismo estructural, colonialidad, currículo y educación antirracista, así como en la interpretación de dispositivos legales, con énfasis en la Ley nº 10.639/2003 y directrices educativas relacionadas. Los resultados evidencian que la escuela participa en la construcción de la

memoria histórica al seleccionar saberes y narrativas, pudiendo reforzar jerarquías raciales o promover el reconocimiento y la valorización de epistemologías afrobrasileñas. Se concluye que la efectivación de una educación antirracista exige la reconfiguración curricular, el compromiso institucional y la superación de bases epistemológicas eurocéntricas, consolidando la escuela como espacio estratégico para la construcción de la justicia racial.

Palabras clave: Racismo estructural; currículo; memoria histórica; educación antirracista; colonialidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação ocupa lugar central na construção da memória histórica e na organização das hierarquias sociais no Brasil. Longe de ser neutra, a escola participa da produção de narrativas que legitimam determinados sujeitos e silenciam outros. O currículo, nesse contexto, constitui-se como espaço estratégico de seleção e validação de saberes. Trata-se de um território marcado por disputas políticas e simbólicas (Souza; Fortunato, 2019).

O racismo deve ser compreendido como elemento estruturante da sociedade brasileira, organizando instituições, práticas e relações sociais. Não se trata apenas de preconceito individual, mas de um sistema que produz desigualdades materiais e simbólicas. A escola, enquanto instituição social, integra essa engrenagem histórica de reprodução das assimetrias raciais (Almeida, 2019).

A formação do Brasil está atravessada por um passado escravocrata e colonial que permanece ativo na memória coletiva. A colonialidade opera como lógica duradoura de poder, sustentando hierarquias raciais e epistemológicas que definem quais conhecimentos são considerados legítimos. No campo educacional, essa dinâmica se expressa na centralidade de referenciais eurocêntricos e na marginalização de saberes negros (Picanço, 2024).

A narrativa da democracia racial contribuiu para naturalizar desigualdades históricas ao transformar conflitos estruturais em diversidade cultural harmoniosa. O currículo escolar, ao privilegiar determinadas versões da história nacional, colaborou para invisibilizar o protagonismo negro e indígena. Desse modo, a escola consolidou-se simultaneamente como espaço de reprodução e de possível enfrentamento do racismo (Parente; Teodosio; Alves, 2021).

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representa marco jurídico na disputa pela memória histórica no Brasil. Ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, a legislação reconhece a centralidade da educação no

enfrentamento das desigualdades raciais. Contudo, sua implementação evidencia tensões entre prescrição normativa e prática pedagógica cotidiana (Brasil, 2003).

A relação entre educação e racismo também se manifesta na linguagem, nos discursos e nas práticas escolares. A naturalização de estereótipos e a hierarquização cultural operam por meio de dispositivos pedagógicos que estruturam o cotidiano educacional. A linguagem escolar, nesse sentido, materializa e reproduz estruturas de poder historicamente constituídas (Souza; González, 2025).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o papel da educação na disputa pela memória histórica e no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil contemporâneo. Como objetivos específicos, busca-se investigar a relação entre currículo e memória histórica, analisar a implementação da Lei nº 10.639/2003 e identificar práticas pedagógicas antirracistas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de fortalecer o diálogo entre teoria crítica do currículo, políticas educacionais e práticas escolares concretas. Ao problematizar a escola como espaço simultâneo de reprodução e resistência, pretende-se contribuir para o campo educacional e para a construção de uma educação comprometida com a justiça racial e a transformação social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Racismo estrutural

A compreensão do racismo como estrutura social desloca o debate do campo moral para o campo institucional e histórico. O racismo não se restringe a atitudes individuais ou manifestações explícitas de preconceito, mas constitui um sistema que organiza privilégios e desvantagens de forma contínua. Trata-se de um mecanismo que distribui poder, oportunidades e reconhecimento de maneira racializada (Almeida, 2019).

Almeida (2019) define o racismo estrutural como elemento constitutivo da própria ordem social brasileira. Nesse sentido, as instituições não apenas reproduzem o racismo, mas são moldadas por ele. A desigualdade racial, portanto, não é anomalia do sistema, mas uma de suas engrenagens centrais, sustentando dinâmicas políticas, jurídicas e econômicas que naturalizam assimetrias históricas.

A formação social brasileira, marcada por mais de três séculos de escravidão, consolidou hierarquias raciais que persistem no período pós-abolição. A ausência de

políticas de integração da população negra após 1888 contribuiu para a manutenção de desigualdades estruturais. A exclusão do acesso à terra, à educação e ao trabalho formal instituiu um padrão de marginalização que se perpetua no presente (Carvalho, 2004).

O racismo estrutural também opera no plano simbólico, por meio da produção de representações que inferiorizam sujeitos negros e legitimam privilégios da branquitude. Essa dimensão ideológica reforça estereótipos, naturaliza desigualdades e dificulta o reconhecimento das relações de dominação. A reprodução dessas imagens ocorre em múltiplos espaços sociais, incluindo a escola (Almeida, 2019).

Carneiro (2023) amplia essa análise ao discutir o epistemicídio como mecanismo de deslegitimação sistemática do conhecimento produzido por populações negras. Ao silenciar saberes e trajetórias históricas, o racismo estrutural não apenas exclui corpos, mas também invalida epistemologias. Essa exclusão simbólica impacta diretamente a construção da memória histórica nacional.

Segundo Fanon (2020) o racismo produz efeitos subjetivos profundos, instaurando processos de internalização da inferioridade racial. A violência estrutural ultrapassa a dimensão material e atinge a constituição da identidade, criando tensões entre pertencimento social e reconhecimento humano. Essa dimensão psicológica reforça a permanência das hierarquias coloniais no presente.

No campo educacional, o racismo estrutural se manifesta na organização curricular, na distribuição desigual de oportunidades e na persistência de narrativas eurocentradas. A escola, enquanto instituição social, integra a lógica estrutural que define quais saberes são valorizados e quais são silenciados. Dessa forma, compreender o racismo estrutural é condição indispensável para analisar o papel do currículo na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades raciais (Almeida, 2019).

Reconhecer o caráter estrutural do racismo implica admitir que sua superação exige transformações institucionais profundas. Não se trata apenas de promover mudanças discursivas, mas de reconfigurar práticas, políticas e concepções que sustentam a desigualdade racial. No âmbito educacional, isso demanda revisão crítica do currículo e compromisso efetivo com uma educação antirracista.

2.2 Colonialidade e racismo epistêmico

A compreensão do racismo estrutural exige o aprofundamento na categoria da colonialidade, conceito que permite analisar a permanência das hierarquias raciais para além do período colonial formal. A colonialidade refere-se à continuidade das relações de poder instauradas pela modernidade europeia, que classificaram povos e culturas segundo critérios raciais. Trata-se de uma lógica que estrutura o mundo contemporâneo mesmo após o fim jurídico do colonialismo (Picanço, 2024).

Para Picanço (2024) a colonialidade opera por meio da imposição de uma matriz de poder que hierarquiza saberes, identidades e formas de existência. Nesse processo, a Europa foi instituída como centro produtor de conhecimento universal, enquanto os povos colonizados foram reduzidos à condição de objeto, folclore ou atraso civilizatório. Essa hierarquização não é apenas econômica, mas também epistemológica.

Fanon (2022) evidencia que a colonialidade produziu a desumanização sistemática dos sujeitos negros, instaurando uma estrutura racial que define quem é reconhecido como plenamente humano. A classificação racial não apenas organizou o trabalho e a exploração econômica, mas também moldou subjetividades e identidades. A inferiorização racial tornou-se princípio organizador das relações sociais modernas.

No campo do conhecimento, essa lógica se materializa no racismo epistêmico, entendido como a deslegitimação sistemática dos saberes produzidos por populações negras e indígenas. O racismo epistêmico opera ao considerar como universais apenas as epistemologias europeias, relegando outras formas de conhecimento à marginalidade ou à invisibilidade (Carneiro, 2023).

Carneiro (2023) denomina esse processo de epistemicídio, caracterizado pela eliminação simbólica das produções intelectuais negras. Ao negar validade científica e histórica aos saberes não eurocentrados, a colonialidade compromete a pluralidade epistemológica e restringe as possibilidades de construção da memória coletiva. O epistemicídio não é apenas ausência de reconhecimento, mas política ativa de silenciamento.

No espaço escolar, o racismo epistêmico manifesta-se na centralidade de referenciais europeus nos currículos e na marginalização das contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação nacional. A organização curricular tende a

reproduzir uma narrativa que naturaliza a superioridade cultural ocidental, consolidando a colonialidade do saber. Tal dinâmica reforça desigualdades e limita o reconhecimento identitário dos estudantes negros (Parente; Teodosio; Alves, 2021).

A colonialidade também se expressa na linguagem e nos discursos pedagógicos que definem padrões de normalidade e competência. A imposição de códigos culturais e linguísticos eurocentrados atua como mecanismo de exclusão simbólica, afetando trajetórias escolares e processos de aprendizagem. A linguagem, nesse sentido, torna-se instrumento de manutenção da hierarquia racial (Souza; González, 2025).

Compreender a colonialidade e o racismo epistêmico é fundamental para problematizar o currículo como espaço de poder. Ao reconhecer que a seleção de conteúdos não é neutra, torna-se possível questionar os critérios que definem o que é considerado conhecimento legítimo. Essa reflexão abre caminho para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a pluralidade epistemológica e com a superação das hierarquias raciais.

2.3 Currículo como território de disputa e produção de identidades

O currículo não pode ser reduzido a um instrumento técnico de organização de conteúdos, pois constitui uma construção social atravessada por relações de poder. Ao selecionar saberes e definir prioridades formativas, ele estabelece quais experiências serão legitimadas no espaço escolar. Nesse sentido, o currículo participa da definição de projetos de sociedade e de concepções de sujeito (Silva, 2010).

A compreensão do currículo como território em disputa evidencia que sua estruturação resulta de conflitos históricos e políticos. Diferentes grupos sociais tensionam o campo curricular na tentativa de incluir narrativas e perspectivas historicamente excluídas. As relações étnico-raciais tornam-se um dos principais eixos dessa disputa contemporânea (Souza; Fortunato, 2019).

Ao privilegiar referenciais eurocentrados, o currículo contribui para consolidar identidades normativas associadas à branquitude como padrão universal. Essa seleção cultural influencia a construção das subjetividades, especialmente quando invisibiliza contribuições afro-brasileiras na formação nacional. A produção de identidades ocorre, portanto, em diálogo direto com as escolhas curriculares (Gomes, 2019).

A incorporação de perspectivas afro-brasileiras no currículo possibilita

tensionar padrões hegemônicos e ampliar horizontes identitários. A valorização da ancestralidade, das experiências de resistência e da produção intelectual negra contribui para a construção de identidades afirmativas. O reconhecimento curricular atua como elemento simbólico de reconfiguração das narrativas históricas.

A disputa curricular também envolve a definição do que é considerado conhecimento legítimo. Ao questionar a centralidade de epistemologias únicas, o debate sobre currículo revela a permanência da colonialidade do saber nas instituições educacionais. A pluralidade epistemológica emerge como condição para superar hierarquias raciais naturalizadas (Torres, 2019).

Nesse contexto, o currículo assume papel ambivalente: pode reforçar desigualdades ao manter narrativas excludentes ou pode funcionar como espaço de resistência. A forma como a memória histórica é organizada no interior das disciplinas escolares influencia diretamente a constituição das identidades estudantis. O currículo, portanto, não apenas transmite conteúdos, mas produz sentidos de pertencimento e reconhecimento.

Compreender o currículo como território de disputa permite situá-lo no centro do enfrentamento ao racismo estrutural. Ao reconhecer que as escolhas curriculares são políticas, torna-se possível intervir criticamente na organização do conhecimento escolar. Essa perspectiva abre caminho para práticas pedagógicas comprometidas com justiça racial e transformação social.

2.4 Educação antirracista e decolonialidade

A educação antirracista emerge como resposta crítica à permanência do racismo estrutural nas instituições sociais, especialmente na escola. Não se trata apenas de incluir conteúdos sobre diversidade, mas de questionar as bases históricas e epistemológicas que sustentam desigualdades. A educação antirracista exige posicionamento político diante das hierarquias raciais consolidadas (Almeida, 2019).

Parente, Teodosio e Alves (2021) defendem que a escola, embora historicamente tenha reproduzido o racismo, constitui espaço potente para sua superação. Para isso, torna-se necessário repensar práticas pedagógicas, materiais didáticos e a própria organização curricular. A superação das desigualdades raciais demanda transformação estrutural do fazer educativo.

A decolonialidade, nesse contexto, apresenta-se como horizonte teórico e prático para a reconfiguração da educação. Ao problematizar a centralidade das

epistemologias europeias, a perspectiva decolonial propõe a valorização de saberes historicamente silenciados. Trata-se de romper com a lógica monocultural que sustenta a colonialidade do saber (Torres, 2019).

A educação decolonial não implica substituição de uma centralidade por outra, mas ampliação do campo epistemológico. Ao reconhecer a pluralidade de matrizes culturais e intelectuais, a escola contribui para a construção de narrativas mais complexas sobre a formação social brasileira. Essa ampliação desafia hierarquias que naturalizam a superioridade cultural ocidental (Picanço, 2024).

A incorporação de referenciais afro-brasileiros no currículo também atua na dimensão identitária. Ao possibilitar o reconhecimento positivo da história e da cultura negra, a educação antirracista fortalece processos de pertencimento e autoestima. A valorização da ancestralidade transforma o espaço escolar em ambiente de afirmação e não de silenciamento (Gomes, 2019).

De acordo com Ribeiro (2019) enfrentar o racismo exige identificar e desnaturalizar os mitos que estruturam a sociedade brasileira, especialmente o da democracia racial. A educação antirracista, nesse sentido, opera como prática de desvelamento crítico. Ao problematizar narrativas oficiais, ela promove consciência histórica e responsabilidade coletiva.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 representa instrumento normativo fundamental para a consolidação de uma educação antirracista. Contudo, a efetivação da legislação depende de formação docente, revisão curricular e compromisso institucional. A transformação não se limita à prescrição legal, mas requer prática pedagógica cotidiana comprometida com justiça racial (Parente; Teodosio; Alves, 2021).

A articulação entre educação antirracista e decolonialidade aponta para um projeto formativo que ultrapassa a simples inclusão temática. Trata-se de reconfigurar os critérios de legitimidade do conhecimento e de questionar estruturas que sustentam desigualdades. Nesse movimento, a escola pode deixar de ser apenas espaço de reprodução para constituir-se como espaço de resistência e transformação social.

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota abordagem qualitativa, por compreender que a análise das relações entre educação, currículo, memória histórica e racismo estrutural exige interpretação crítica de processos históricos e sociais. A pesquisa qualitativa permite examinar significados, disputas simbólicas e estruturas institucionais que não podem ser reduzidas a dados quantitativos.

Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de obras teóricas que discutem racismo estrutural, colonialidade, currículo e educação antirracista. Foram examinados livros, artigos científicos, capítulos de coletâneas e produções acadêmicas que compõem o debate contemporâneo sobre relações étnico-raciais no campo educacional.

A pesquisa documental concentrou-se na análise de legislações e diretrizes educacionais que orientam a temática no Brasil, com destaque para a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos foram examinados como produções normativas que expressam disputas políticas e concepções de memória histórica no interior do Estado.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e interpretação temática, buscando identificar convergências, tensões e lacunas entre a produção teórica e os dispositivos legais. A investigação partiu do entendimento de que o currículo constitui espaço de disputa simbólica, no qual se expressam permanências coloniais e possibilidades de resistência.

O percurso metodológico organizou-se em três etapas. Na primeira, procedeu-se ao levantamento e seleção das referências teóricas centrais para a compreensão do racismo estrutural e da colonialidade. Na segunda, realizou-se a análise dos documentos normativos relacionados à educação das relações étnico-raciais. Na terceira, articulou-se o referencial teórico aos dispositivos legais, buscando compreender como a disputa pela memória histórica se materializa no currículo escolar.

A opção por essa metodologia justifica-se pela natureza do objeto investigado, que exige análise crítica das bases estruturais do sistema educacional brasileiro. Ao articular teoria e legislação, a pesquisa busca evidenciar tanto os mecanismos de

reprodução do racismo quanto as possibilidades de transformação inscritas nas políticas educacionais contemporâneas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise da literatura evidencia que a educação ocupa posição estratégica na manutenção e na transformação das estruturas raciais no Brasil. Ao compreender o racismo como elemento constitutivo da ordem social, torna-se possível identificar que a escola não atua à margem das desigualdades, mas integra sua engrenagem histórica. O currículo, nesse contexto, aparece como espaço privilegiado de reprodução simbólica (Almeida, 2019).

As obras analisadas indicam que a colonialidade permanece operando no campo educacional por meio da centralidade de epistemologias eurocentradas. A definição do que é considerado conhecimento legítimo ainda reproduz hierarquias raciais estabelecidas no período colonial. Tal permanência evidencia que a disputa pela memória histórica está diretamente vinculada à disputa pela legitimidade epistemológica (Picanço, 2024).

No que se refere à relação entre currículo e memória histórica, verificou-se que a seleção de conteúdos constitui mecanismo de poder. Ao privilegiar determinadas narrativas e silenciar outras, o currículo contribui para consolidar uma versão oficial da história nacional. Essa dinâmica impacta a produção de identidades e a percepção social sobre o passado escravocrata (Souza; Fortunato, 2019).

Autores como Ribeiro (2019) demonstram que o mito da democracia racial atua como obstáculo à problematização das desigualdades estruturais. Ao deslocar o racismo para o campo do preconceito individual, essa narrativa dificulta o reconhecimento de suas dimensões institucionais. A escola, quando não tensiona esse mito, contribui para sua reprodução simbólica.

No que diz respeito à implementação da Lei nº 10.639/2003, os estudos indicam avanços normativos, mas limites práticos. A legislação representa marco jurídico na disputa pela memória histórica, ao reconhecer a centralidade da história e cultura afro-brasileira no currículo. Entretanto, sua efetivação depende de formação docente e revisão estrutural das práticas pedagógicas (Parente; Teodosio; Alves, 2021).

A pesquisa documental evidenciou que os dispositivos legais já incorporam a perspectiva da educação para as relações étnico-raciais, embora sua aplicação ocorra

de maneira heterogênea. A existência formal da temática não assegura, por si só, uma transformação epistemológica profunda; a persistência de abordagens superficiais indica que a reforma curricular demanda ações que transcendem a mera inserção de conteúdos.

Há uma convergência teórica ao afirmar que a educação antirracista exige a reconfiguração dos critérios de legitimidade do conhecimento. Nesse sentido, a valorização de epistemologias afro-brasileiras não deve ser tratada como um apêndice periférico, mas como elemento constitutivo da formação escolar. Tal perspectiva desloca o foco da inclusão simbólica para a necessidade de transformações estruturais (GOMES, 2019).

Observa-se, ainda, que o currículo é um produtor de identidades ao definir parâmetros de pertencimento e reconhecimento. A invisibilização de trajetórias negras reforça processos de exclusão simbólica, ao passo que a incorporação de narrativas plurais contribui para a consolidação de identidades afirmativas e para o fortalecimento da autoestima estudantil (Silva, 2010).

Os dados revelam que a educação atua, simultaneamente, como espaço de reprodução e de resistência ao racismo estrutural. Sua função social vincula-se às escolhas políticas e epistemológicas que orientam o currículo. Portanto, a disputa pela memória histórica configura-se como uma disputa pelo próprio projeto educativo nacional.

Desta forma, foi possível verificar que a educação exerce papel central na preservação da memória ao selecionar as experiências transmitidas às novas gerações. No âmbito dos objetivos específicos, constatou-se que o currículo atua como mediador desse processo, que a Lei nº 10.639/2003 constitui um marco normativo relevante e que práticas pedagógicas antirracistas representam possibilidades concretas de resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel da educação na disputa pela memória histórica e no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil contemporâneo. Ao articular teoria crítica, colonialidade e política curricular, evidenciou-se que o debate educacional ultrapassa a dimensão pedagógica e se insere no campo das disputas estruturais que organizam a sociedade brasileira.

A investigação permitiu compreender que a disputa pela memória histórica constitui elemento central na configuração do currículo escolar. As escolhas epistemológicas que orientam o ensino definem não apenas conteúdos, mas formas de pertencimento, reconhecimento e legitimidade social. Nesse sentido, o currículo revela-se instrumento estratégico na produção de sentidos sobre o passado e sobre o presente.

Constatou-se que os avanços normativos relacionados à educação das relações étnico-raciais representam marco relevante na institucionalização do enfrentamento ao racismo. Entretanto, a transformação efetiva depende da consolidação de práticas pedagógicas coerentes com os princípios estabelecidos na legislação. A distância entre norma e prática permanece como desafio estrutural.

A articulação entre educação antirracista e perspectiva decolonial aponta para a necessidade de revisão dos fundamentos epistemológicos que sustentam a organização escolar. Tal revisão implica reconhecer a pluralidade de matrizes culturais e históricas que compõem a formação social brasileira, deslocando a centralidade exclusiva de referenciais eurocentrados.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para fortalecer o diálogo entre teoria do currículo, políticas educacionais e debates sobre memória histórica. Ao situar a escola como espaço simultâneo de reprodução e resistência, amplia-se a compreensão de seu papel na consolidação ou na superação das desigualdades raciais.

Reconhece-se, contudo, que a pesquisa se limita à análise bibliográfica e documental, não contemplando investigação empírica em contextos escolares específicos. Estudos futuros poderão aprofundar a análise a partir de experiências concretas de implementação curricular, ampliando a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da educação antirracista.

Por fim, reafirma-se que a transformação educacional exige compromisso institucional contínuo e revisão crítica das bases que estruturam o ensino. A disputa pela memória histórica não se encerra no campo teórico, mas se materializa cotidianamente nas escolhas pedagógicas. Nesse horizonte, a educação pode assumir papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e racialmente equitativa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais. Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

BRASIL, Planalto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. Planalto. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 03 mar. 2026.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

CARNEIRO, Sueli. O dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432p.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Nova Tradução. São Paulo: Ubu, 2020. 320p.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 376p.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino *et al.* (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 223-246.

PARENTE, Paulo D.; TEODOSIO, S. Sousa.; ALVES, F. R. Decolonizar é preciso: pensando a escola e o currículo para a superação do racismo. Revista Educar Mais, v. 5, n. 4, p. 901–916, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2519>. Acesso em: 03 mar. 2026.

PICANÇO, Emerson. Colonialidade, racismo e educação: desafios para a construção de identidades negras e práticas antirracistas na escola. *Estação Científica*, v. 10, n. 1, p. 327-350, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica/article/view/656>. Acesso em: 03 mar. 2026.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, P. C. A.; FORTUNATO, I. O CURRÍCULO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: um território em disputa. *Revista Exitus*, v. 9, n. 5, p. 130-159, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n5/2237-9460-exitus-9-05-130.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2026.

SOUZA, F. A.; GONZÁLEZ, J. L. C. Educação, racismo e linguagem. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 46, e289534, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qdj7C7THjm97qqpvFGCjq9z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2026.

TORRES, Nelson Maldonado. *Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas*. In: COSTA, Joaze Bernardino *et al.* (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 27-53.

